

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA
FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Maestría en Ciencias Humanas, opción Lenguaje, Cultura y Sociedad

Seminario (20 h, 8 créditos)

POLÍTICAS, EDUCAÇÃO E DIREITOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL: HISTÓRIA E ATUALIDADE

Profa. Dra. Fernanda Castelano Rodrigues

(Universidade Federal de São Carlos/Universidade de São Paulo)

Contato: fscr@ufscar.br

9 al 13 de octubre de 2023

Lunes a viernes 18 a 22 h

JUSTIFICATIVA

As relações entre língua, sujeitos e Estado, em suas diferentes manifestações jurídicas e/ou legislativas, têm sido objeto de reflexão a partir de diferentes perspectivas. Nos estudos das linguagens e dos discursos no espaço ibero-americano, a Glotopolítica tem se destacado nos últimos anos por se apresentar como um ponto de vista bastante produtivo para a interpretação dessas relações, em grande parte porque permite, em suas análises, a interlocução entre distintos campos da Linguística, do Discurso, da Ciência Política e da História, entre outros. Também de modo particular nas últimas três décadas, as questões em torno da diversidade linguística e dos direitos linguísticos têm adquirido relevância e frequentado pesquisas e ações de diferentes atores das políticas linguísticas nos Estados nacionais desse mesmo espaço. Ao tentar estabelecer espaços de diálogo entre a Glotopolítica e os Direitos Linguísticos, esta disciplina pretende contribuir com a produção de conhecimento tanto no âmbito dos dois campos em questão, de modo específico, quanto acerca das relações entre sujeitos e Estado, mediadas pela(s) língua(s), de modo mais geral.

OBJETIVOS GERAIS

Partindo da perspectiva Glotopolítica, esta disciplina propõe o estudo das relações entre língua(s), Estado, sujeito, direitos e educação no espaço latino-americano, com foco na realidade contemporânea brasileira. Alguns dos principais conceitos teóricos mobilizados serão: língua; dialeto; política linguística; direitos linguísticos; educação linguística; planejamento linguístico; ideologia linguística; norma; preconceito linguístico; conflito linguístico; ativismo linguístico. Pretende-se promover a reflexão em torno, principalmente, dos seguintes tópicos: 1) políticas linguísticas e Estado: língua oficial *versus* diversidade linguística; 2) direitos linguísticos como direitos humanos; 3) direitos de comunidades linguísticas marginalizadas e ativismo linguístico; 4) políticas de reconhecimento de direitos linguísticos: a cooficialização de línguas em nível municipal e a “legalização” da Língua Brasileira de Sinais (Libras); 5) a oferta de línguas na educação formal escolar: o ensino da língua nacional e de línguas estrangeiras; 6) o espanhol na educação linguística

brasileira: história e atualidade. Em todos os tópicos serão analisados documentos dos arquivos jurídico e legislativo sobre as línguas no Brasil.

TÓPICOS

1. Políticas linguísticas no Brasil: relações entre língua(s), Estado, educação e direitos.
2. Direitos linguísticos como direitos humanos.
3. Direitos linguísticos no Brasil: reconhecimento da diversidade linguística e ativismo.
4. Educação linguística no Brasil: o lugar no espanhol entre as línguas da/na escola.

Observação: a disciplina pode ser ministrada em português e/ou espanhol.

Observación: el seminario se puede impartir en portugués y/o español.

AVALIAÇÃO

1. Presença em pelo menos 75% das aulas ministradas;
2. Apresentação de trabalho final (data limite para entrega a ser estipulada durante o curso).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA*

Políticas linguísticas no Brasil: relações entre língua(s), Estado, educação e direitos

1. HAUGEN, Einar. Língua, dialeto, nação. IN: BAGNO, M. (org.). *A norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, pp. 95-112, 2001.
2. LAGARES DIEZ, Xoán. Língua, Estado, mercado. IN: _____. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018, pp. 49-119.
3. SEVERO, Cristine Gorski. Políticas linguísticas e direitos linguísticos: revisão teórica e desafios contemporâneos. In: _____ (org.). *Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas*. Campinas: Pontes, 2022, pp. 25-60.
4. BAGNO, Marcos. Por que norma? Por que culta? In: *A norma oculta. Língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003, pp. 39-70.
5. BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. IN: LAGARES, X. C. e BAGNO, Marcos & LAGARES, Xoán Carlos. (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, pp. 355-387, 2011.

Direitos linguísticos como direitos humanos

1. MAY, Stephen. Derechos linguísticos como derechos humanos. IN: *Revista de Antropología Social*, 19, p. 131–159, 2015.
2. CASTELANO RODRIGUES, F. A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. IN: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, N. 42, ago-dez, 2018. Disponível em <http://www.revistalinguas.com/edicao42/edicao42.html>.
3. RODRÍGUEZ CAGUANA, A. (2015). *Los derechos lingüísticos y culturales de los pueblos indígenas del Ecuador: antecedentes y vinculación con la legislación internacional de derechos humanos 1944-2014*. Tese de doutorado. Buenos Aires: Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires.
4. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona, 1996.

Direitos linguísticos no Brasil: reconhecimento da diversidade linguística e ativismo

1. CASTELANO RODRIGUES, F. La cooficialización de lenguas en municipios de Brasil: el caso de São Gabriel da Cachoeira y los efectos de lo jurídico sobre las subjetividades. IN: *Chuy – Revista de estudios literarios latino-americanos*, num. 6. Buenos Aires: jul, 2019, pp. 107-132.
2. BRITO, F.B.; NEVES, S. L. G. & XAVIER, A. N. O movimento surdo e sua luta pelo reconhecimento da libras e pela construção de uma política linguística no Brasil. In: ALBRES, N. A. & NEVES, S. L. G. (orgs.). *Libras em estudo: Política linguística*. São Paulo: FENEIS, 2013, pp. 67-103.
3. ABRALIN. O movimento #FicaEspanhol e as políticas de ensino de línguas no Brasil. Mesa redonda no *Abralin ao vivo* realizada em 28.ago.2021. Disponível em <https://aovivo.abralin.org/lives/o-movimento-ficaespanhol/>

Educação linguística no Brasil: o lugar no espanhol entre as línguas da/na escola

1. ARNOUX, E. N. de & BEIN, R. Hacia una historización de las políticas de enseñanza de lenguas. IN: ARNOUX, E. N. de & BEIN, R. (Orgs.) *Política lingüística y enseñanza de lenguas*. Buenos Aires: Editorial Biblos, pp. 13-50, 2015.
2. CASTELANO RODRIGUES, F. *Língua viva, letra morta*. O espanhol no arquivo legislativo e jurídico brasileiro. São Paulo: FAPESP/Humanitas, 2012.
3. CASTELANO RODRIGUES, F. O vaivém das línguas na Educação no Brasil: o que aprendemos com nossa história recente. In: BURGEILE, O.; TARTAGLIA, E.; MOTA, I. O. (Orgs.). *Práticas de Ensino, discursivas e culturais*. Porto Velho: Edufro, 2022, pp. 19-35.
4. CASTELANO RODRIGUES, F. Atualidade e perspectivas do ensino de espanhol no Brasil. SOUZA, E. S. de In: *Encontro de professores de espanhol: paradigmas da educação profissional e tecnológica*. São Paulo: CPS, 2022, pp. 19-31.

Documentos dos arquivos jurídico e legislativo

1. BRASIL. **Decreto Nº 4.244**, 09 de abril de 1942. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.
2. _____. **Lei Nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.
3. _____. **Lei Nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> . Acesso em: 11 de abr. de 2022.
4. _____. **Resolução Nº 58**, de 22 de dezembro de 1976. Disponível em <http://www.helb.org.br/index.php/acervo-de-documentos/119-resolucao-no-58-de-22-de-dezembro-de-1976>>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.
5. _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.
6. _____. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.

7. _____. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm (Lei de Libras).
8. _____. **Lei Nº 11.161**, de 05 de agosto de 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11161.htm>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.
9. _____. **Lei Nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.

*Bibliografia complementar será indicada de acordo com as demandas durante o curso.